

ESTUDOS II



FACULDADE de ECONOMIA da UNIVERSIDADE do ALGARVE

ESTUDOS II

Cidadania, Instituições e Património

Economia e Desenvolvimento Regional

Finanças e Contabilidade

Gestão e Apoio à Decisão

Modelos Aplicados à Economia e à Gestão



Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

2005

COMISSÃO EDITORIAL

António Covas
Carlos Cândido
Duarte Trigueiros
Efigénio da Luz Rebelo
João Albino da Silva
João Guerreiro
Paulo M.M. Rodrigues
Rui Nunes

FICHA TÉCNICA

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Campus de Gambelas, 8005-139 Faro
Tel. 289817571 Fax. 289815937
E-mail: ccfeua@ualg.pt
Website: www.ualg.pt/feua

Título

Estudos II - Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Autor

Vários

Editor

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve
Morada: Campus de Gambelas
Localidade: FARO
Código Postal: 8005-139

Capa e Design Gráfico

Susy A. Rodrigues

Compilação, Revisão de Formatação e Paginação

Lídia Rodrigues

Fotolitos e Impressão

Grafica Comercial – Loulé

ISBN

972-99397-1-3 Data: 26-08-2005

Depósito Legal

218279/04

Tiragem

250 exemplares

Data

Novembro 2005

RESERVADOS TODOS OS DIREITOS

REPRODUÇÃO PROIBIDA

Desenvolvimento rural: um futuro promissor – Uma Carta de Princípios e um Centro de Desenvolvimento Rural para o Interior do Algarve¹

António Covas

Faculdade de Economia, Universidade do Algarve

Resumo

Este artigo trata das condições e perspectivas que se abrem, para a região do Algarve, em matéria de desenvolvimento rural, de acordo com o princípio de que "aumentar a diversidade, é reduzir a disparidade". Em primeiro lugar, abordam-se os factores que bloqueiam e favorecem o desenvolvimento rural. Em segundo lugar, são descritas as várias versões através das quais se manifesta o desenvolvimento rural. Em terceiro lugar, propõe-se uma Carta de Princípios do Desenvolvimento Rural para o interior e serra algarvios. Por último, refere-se a necessidade de criar o Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve como instrumento fundamental de uma estratégia de governança regional para o interior e serra algarvios.

Palavras-chave: Algarve, interior, desenvolvimento rural.

Abstract

This article deals with the conditions and perspectives which are open up in the field of rural development in the region of Algarve, according to the main principle of "increasing diversity leads to reducing disparity". Firstly, it approaches the reasons which, nowadays, block and favour the rural development. Secondly, it describes the development process through its several rural versions. Thirdly, it proposes a "Charter of Principles" for the rural development in the less developed zones of Algarve. Finally, it refers the need to create a new development centre as a strategic instrument for the rural governance of the Algarve "barrocal and serra".

Key-words: Algarve, inland, rural development.

¹ Uma versão reduzida deste artigo foi publicada no meu livro "Política agrícola e desenvolvimento rural", editora Colibri, 2004, Lisboa

Introdução: agricultura versus agrocultura

Não é fácil falar de desenvolvimento rural, ainda por cima quando dele se diz que tem um futuro promissor à sua frente. O nosso eterno conservadorismo agro-rural, de natureza patrimonialista, recusa-se a ter razão antes de tempo. Até o optimismo acerca de um futuro promissor pode parecer atrevimento desnecessário. De facto, estamos, geralmente, bem informados, mas preferimos usar a nossa experiência para acomodar o “statu quo”. E, no entanto, num país tão pequeno, tão variado e contrastado, o desenvolvimento do espaço rural e de zonas em “estado preventivo”, é uma fonte inesgotável de novas amenidades rurais e, portanto, de novos empreendimentos.

Se quisermos distinguir, de forma simplificada, entre desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural, talvez, possamos elaborar do seguinte modo:

- o desenvolvimento agrário faz-se com agricultura, isto é, os produtos vendem o território que utilizam mas não se preocupam tanto com a reprodução do “contexto” que consomem; é, essencialmente, um acto comercial, que origina, quase sempre, várias externalidades negativas;

- o desenvolvimento rural faz-se com agrocultura, isto é, os produtos vendem os territórios, tanto quanto os territórios vendem os produtos; ambos se reproduzem no acto de venda ; para além de ser um acto comercial é, também, um acto cultural cujo fundamento radica nos princípios da agricultura multifuncional e na produção de externalidades positivas, isto é, na “produção de contexto”.

Do que fica dito, infere-se que ser empreendedor rural não é tarefa fácil, de simples experiência feita. Como mais à frente se verá.

1. O lema do desenvolvimento rural: aumentar a diversidade, reduzir a disparidade.

Todo e qualquer pedaço de território é uma espécie de cristal multifacetado com, pelo menos, quatro ou cinco faces de contornos e nitidez muito variáveis: é um território com um determinado tipo de povoamento, uma estrutura produtiva, alguns activos patrimoniais, um conjunto paisagístico e um acervo simbólico. O nosso ângulo de visão, feito de saber técnico e profissional, é, geralmente, unidimensional, pelo que, na maioria dos casos, subestimamos a importância real da nossa observação. E, no entanto, a engenharia biofísica, a engenharia do ambiente, a arquitectura paisagística, a biologia e a botânica, mas, também, a geografia e a história, a literatura local e regional, são, em conjunto, capazes de operar pequenos milagres naqueles pedaços de território, aparentemente tão agrestes. Quer dizer, uma pequena cirurgia pode transformar um território hostil num território ameno. Uma severidade numa amenidade.

Se não respeitarmos o lema do desenvolvimento rural, a consequência parece inevitável: ajustamento económico sem conservação e diversificação de actividades conduz à formação de espaços rurais devolutos e territórios insustentáveis. Podemos, mesmo, estar à beira de mais um círculo vicioso de abandono e desertificação. Para inverter esta tendência, é preciso agir, simultaneamente e persistentemente, na economia da produção primária, na economia da conservação agro-ambiental e na economia da diversificação agro-rural.

Infelizmente, o discurso dominante não é favorável ao mundo rural. De facto, o poder é urbano. O desenvolvimento rural tem, a curto prazo, um custo de oportunidade elevado e a longo prazo não rende suficientes dividendos políticos. O resultado é conhecido. Os programas e as campanhas para o mundo rural anunciam-se, enunciam-se e denunciam-se, mas, raramente, são levados a bom porto porque são sacrificados ao primeiro sinal de crise. Donde não existir sustentabilidade que resista a programas e projectos, bem intencionados, é certo, mas sem retorno assegurado ou receita própria suficiente. E, no entanto, há sinais promissores de que a procura de espaço rural é um forte mercado emergente, com preferências muito diversificadas, embora o mercado não o sinalize devidamente, por razões preventivas e compreensíveis que são inerentes à própria produção de espaço rural. De facto, estamos perante uma nova economia rural, que poderíamos designar de “economia reticular de baixa densidade” sob a forma de oferta integrada de produtos complementares, a custo moderado. Esta economia de baixa densidade e intensidade é constituída por micro-empresas e produtos de pequena escala que fazem o trânsito multilocal, em primeira aproximação na rota das pequenas feiras e mercados, sempre à espreita de uma oportunidade que lhes aumente o valor específico e comercial. Tudo indica que se trata de uma actividade com uma elevada taxa de “mortalidade aparente”, pois morrem e renascem com o mesmo vigor.

Infelizmente, não possuímos um observatório do mundo rural algarvio, pois, não temos dúvidas de que uma cultura específica de base sócio-territorial emergirá gradualmente, associada, quem sabe, à primeira geração de empreendedores rurais do interior e serra algarvios. Tudo leva a crer que assistiremos ao regresso da economia do sector e do território primários, com três entradas – a produção, a conservação e a diversificação- e quatro saídas- o agroalimentar, o agroambiental, o agroflorestral e o agrorural. Quer dizer, um sistema matricial de três por quatro, tanto mais inclusivo quanto na natureza nada se perde tudo se transforma. Não tenhamos dúvidas. O próximo combate já está agendado. Será entre mercados e empresas, em lógica puramente mercantilista, de um lado, e territórios e pessoas em busca de uma lógica de sustentabilidade agrocultural, de outro lado.

2. Factores que bloqueiam o desenvolvimento rural (DR)

Os factores que bloqueiam o desenvolvimento rural, na acepção compreensiva que enunciámos na introdução, podem ser reagrupados no decálogo que se segue:

- em primeiro lugar, o desenvolvimento rural não é uma ideia dominante ou uma prioridade política elevada, isto é, a baixa densidade não rende politicamente;
- em segundo lugar, não temos, de longa data, um mercado fundiário a funcionar que remova as barreiras à entrada de novos agricultores e empresários rurais;
- em terceiro lugar, não temos uma lei e uma política eficazes em matéria de arrendamento rural que visem, igualmente, o rejuvenescimento da actividade;
- em quarto lugar, não temos um banco de solos, nem a administração manifesta qualquer interesse em exercer um direito de preferência em matéria fundiária;
- em quinto lugar, não temos uma fiscalidade agro-rural que reduza as barreiras à entrada e condicione os usos improdutivos, os não usos ou os usos especulativos da terra;
- em sexto lugar, não temos capital-semente apropriado para o empreendedorismo agro-rural;
- em sétimo lugar, não temos um regime integrado de incentivos ao investimento agro-rural (RIII-DR);
- em oitavo lugar, não temos formação especializada e acreditada para o empreendedorismo agro-rural;
- em nono lugar, não temos um associativismo representativo, tecnicamente apetrechado, para ser interlocutor fiável da administração;
- em décimo lugar, não temos, ainda, doutrina suficiente sobre empreendimentos, produtos e boas práticas identificados com desenvolvimento rural.

Em síntese, o desenvolvimento rural move-se num ambiente regulatório adverso, caracterizado por alguns “excessos”, impossíveis de debelar a curto prazo, como por exemplo:

- um excesso de rentismo imobiliário de grandes proprietários/grupos económicos;
- um excesso de conservacionismo ambientalista, de natureza corporativa;
- um excesso de zelo regulamentar e burocrático que faz minguar a iniciativa;
- um excesso de municipalização infra-estrutural, em detrimento de um novo empreendedorismo.

Este ambiente hostil ao desenvolvimento rural faz parte, infelizmente, do nosso muito peculiar modelo de acumulação corporatista, infra-estrutural, por um lado, na lógica das autoridades públicas, especulativo e rentista, por outro, na lógica dos agentes privados. Enquanto isso, para os sectores emergentes e descapitalizados sobram as várias versões “crise”, de baixa intensidade legal e orçamental. Não obstante as dificuldades, há muitos factores favoráveis ao desenvolvimento rural.

3. Factores que favorecem o desenvolvimento rural (DR)

Os factores que favorecem o desenvolvimento rural podem, igualmente, ser reagrupados no decálogo que se segue. Estes factores exprimem uma procura potencial, enquanto aguardam por uma política pública mais ousada e efectiva que relance toda a actividade primária:

- em primeiro lugar, a melhoria das acessibilidades e comunicações aumenta a mobilidade das pessoas e, portanto, as suas opções de vida;
- em segundo lugar, a elevação do nível de vida e do padrão sócio-cultural da população aumenta o número e a qualidade dos empreendedores e o leque de iniciativas inovadoras;
- em terceiro lugar, a descentralização e a desconcentração aumentam o número e a qualidade dos equipamentos nas pequenas e médias cidades do interior;
- em quarto lugar, a procura de liberdade e segurança tem, cada vez mais, uma expressão territorial concreta e um quadro de vida mais discreto e pacato;
- em quinto lugar, a disponibilidade de tempos livres conjuga-se bem com recursos territoriais devolutos em busca de ocupação mais imaginativa;
- em sexto lugar, os espaços rurais mais remotos e desfavorecidos são objecto de uma atenção e curiosidade científicas crescentes;
- em sétimo lugar, a longevidade da terceira idade pode dar azo a estratégias consociativas familiares e novos percursos profissionais;
- em oitavo lugar, a variabilidade e flexibilidade das relações de trabalho e salariais abre espaço para muitas estratégias pluriactivas;
- em nono lugar, a qualidade dos produtos e dos lugares é um conceito com um valor e aceitação sócio-políticas crescentes e novos bens públicos, associados a amenidades rurais, aparecerão em consequência;
- em décimo lugar, a base produtiva do DR crescerá significativamente em resposta à procura de espaço e território, conduzindo, assim, à auto-alimentação de todo o sub-sistema agro-rural.

Todos estes factores são especialmente pertinentes no caso português, se pensarmos que, em quase todos os distritos há uma universidade ou escola superior agrária com formação na área dos estudos agro-rurais. De facto, é quase um crime de lesa pátria ter, de um lado, uma população agrícola envelhecida e, de outro, uma população de jovens quadros técnicos sem património e capital inicial para aceder à actividade. Estamos, infelizmente, na fase do “ajustamento por morte natural”, a única que parece conciliar todos os interesses do conservadorismo agro-rural nacional.

4. As várias versões do desenvolvimento rural

A baixa densidade em que, geralmente, ocorre o desenvolvimento rural não é uma fatalidade irremediável. Desde que as condições de vida sejam minimamente dignas e o estado dos recursos seja tolerável, uma região pode encontrar o seu ponto de equilíbrio a um nível baixo de densidade populacional. No caso concreto das áreas de baixa densidade do Algarve, conhecem-se as causas do desequilíbrio intra-regional, fundadas em opções e políticas de desenvolvimento assimétrico, razão pela qual se acredita que outras opções e políticas podem, ainda, inverter a situação. O desenvolvimento rural ocorre em várias versões, segundo as circunstâncias e os actores que as protagonizam:

- uma versão determinística, de abandono progressivo, que conduz ao envelhecimento e à desertificação: **o rural remoto ou profundo;**
- uma versão municipalista neo-tradicional, ligada à promoção das actividades do concelho e ao seu ritual de feiras, festas e mercados, de que o artesanato e os programas oficiais de apoio são os sinais mais eloquentes: **o rural municipal ou municipalizado;**
- uma versão revivalista, ligada ao trânsito intergeracional e à gestão do ciclo de vida familiar, após a idade de reforma, com o regresso à actividade agrícola junto do local de residência: **o micro-rural difuso;**
- uma versão neo-ruralista, ligada à sociedade da informação e do conhecimento, em sub-sectoros especializados, com nicho de mercado próprio e alto valor acrescentado: **o rural competitivo ou comercial;**
- uma versão eco-capitalista, ligada a grandes empreendimentos, mais ou menos exótica, com origem em capital estrangeiro, sem base produtiva própria ou muito reduzida, mas com base territorial convertida em amenidade rural: **o rural exótico ou cosmopolita;**
- uma versão conservacionista, ligada à política e ao direito do ordenamento e do ambiente em sentido largo, com uma vigilância cada vez mais apertada das associações deste sector: **o rural conservacionista.**

Estas várias versões ilustram a diversidade e autonomia dos actores no terreno, faltando, porventura, uma ideia hegemónica, de integração e reticulação de todas as variedades, que acrescente valor e coerência a todo o conjunto. Neste particular, é fundamental que possam ser desenvolvidas pela administração pública algumas acções-piloto em matéria de boas práticas e de amenidades rurais, os dois exemplos que melhor e mais rapidamente podem frutificar como “case-studies”, com efeito demonstrativo assegurado.

5. A estratégia a prosseguir: uma Carta de Princípios do Desenvolvimento Rural para o Interior e Serra Algarvios.

No Algarve muita actividade depende da estratégia seguida e prosseguida pela indústria do turismo/lazer, em sentido amplo. Quer dizer, as condições de funcionamento em baixa densidade só são possíveis se o turismo/lazer, ele próprio, polinuclear e reticular o seu crescimento interno. Dito de outro modo, o turismo/lazer é o único sector-motor, a única indústria-industrializante que tem capital próprio bastante para fazer uma incursão estratégica no interior do Algarve, criando investimento multifuncional e empreendimentos complexos que reconfiguram o território e geram pequenas economias de aglomeração em seu redor, com ou sem base produtiva própria. Deve fazer isto por razões de racionalidade económica e não por meras razões de circunstância ou oportunidade, dado que estamos convencidos de que o futuro da indústria do turismo/lazer depende estreitamente da diversidade/diversificação que for capaz de imprimir ao contínuo campina-barrocal-serra. Um contínuo contrastado em regime de oferta integrada de produtos complementares.

Por isso, uma Carta para o Desenvolvimento Rural do Interior e Serra Algarvios deve ser, em primeira instância, uma carta para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da indústria do turismo/lazer em espaço rural. Trata-se de firmar um compromisso público entre a organização representativa dos produtores acreditados, os industriais, a administração pública regional e local, visando desenhar uma espécie de arquitectura de interiores que considere as infra-estruturas, os equipamentos, os corredores ecológicos, a engenharia biofísica, as amenidades potenciais, as economias de aglomeração e reticulação, assim como as cargas e a gestão ordenada dos fluxos turísticos para o interior. Isto é, tudo o que pode impedir a massificação do espaço rural. Para além de poder, desde logo, estipular algumas boas práticas preventivas de processo e procedimento, a Carta podia, igualmente, prever a criação de um Observatório Rural do Interior e Serra Algarvios, com o objectivo de estimular e acompanhar as micro-dinâmicas locais, de tipificar empreendimentos e projectos, de constituir uma carteira de iniciativas para jovens empreendedores, de promover e realizar acções-piloto de amenidades rurais, de fazer, reconhecer e acreditar formações para o desenvolvimento rural, de sensibilizar novos promotores para o mundo rural.

Se esta pilotagem não funcionar, a indústria do turismo/lazer continuará, muito provavelmente, desequilibrante, enquanto os programas de índole regional e local, supostamente desenvolvimentistas, serão tão só redistributivos. Outra possibilidade é a criação de uma Agência de Desenvolvimento Rural para a promoção, formação, acreditação de projectos e empreendimentos e, eventualmente, a promoção e monitorização de um programa regional de desenvolvimento rural, com um enfoque especial nas áreas de baixa densidade do Algarve.

Seja qual for a solução operativa, uma Carta para o Desenvolvimento Rural tem, seguramente, um valor pedagógico, político e simbólico muito elevado, não só por exprimir, ao mais alto nível, uma vontade solene de compromisso, mas, também, por facilitar um escrutínio público mais efectivo das decisões tomadas em consequência. Além de que recoloca as questões agro-rurais na agenda política

regional no preciso momento em que se preparam as grandes opções acerca do próximo quadro de programação plurianual. Mais uma vez, como disse no início, não tenhamos medo de ter razão antes de tempo. Debater o desenvolvimento rural do interior e serra algarvios é reflectir sobre o futuro de dois terços do território algarvio, é prevenir a região quanto a um possível choque assimétrico que, de um momento para o outro, pode irromper e arrasar a economia costeira, é dar profundidade ao litoral e à campina, é aproveitar territórios em estado preventivo, é, afinal, reequacionar a identidade profunda dos algarvios, num momento em que “as modas identitárias estão na moda”.

Os valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos do mundo rural são um bem público inestimável cuja fragilidade importa contrariar a todo o custo. A desertificação, as secas prolongadas, os incêndios florestais, a degradação das nossas reservas naturais de futuro, são uma ferida a céu aberto nos ecossistemas rurais da região do Algarve. É um imperativo de consciência e de civilização voltar a equacionar o regresso ao sector primário e aos territórios rurais, através de uma cuidada e harmoniosa reocupação humana destes territórios.

Não deixa de ser paradoxal que uma região tão pequena como o Algarve se apresente tão exuberante no seu litoral e tão vulnerável no seu interior, ignorando este facto com uma ligeireza surpreendente. Tão mais paradoxal quanto existem, hoje, os meios técnicos e financeiros suficientes para fazer os ajustamentos de percurso e as correcções necessárias. Este facto representa um enorme desperdício de recursos e oportunidades e uma grave injustiça social para as populações do interior, pois existe uma margem de progresso apreciável em benefício do barrocal e da serra algarvias, se a região e os seus agentes económicos tomarem as opções certas de acordo com princípios criteriosos e seguindo o lema de “aumentar a diversidade para reduzir a disparidade”.

Acresce que a oportunidade é única, pois decorrem, neste momento, os trabalhos preparatórios para o próximo período de programação 2007-2013 que inclui o regulamento sobre o desenvolvimento rural. Por isso, alargar o campo de visão das políticas públicas em busca de novas abordagens de intervenção nas áreas de baixa densidade do interior algarvio é um imperativo moral a que não nos podemos furtar. Eis os princípios a que devemos obedecer.

1º Princípio: A Preferência Rural

A preferência rural significa atribuir uma prioridade política elevada ao desenvolvimento do sector primário e dos territórios rurais no modelo de desenvolvimento da região do Algarve, discriminando positivamente nas medidas e instrumentos de intervenção pública em benefício das populações mais desfavorecidas do interior e daqueles que lá se querem instalar.

2º Princípio: A autonomia energética

A autonomia energética em áreas de baixa densidade significa organizar as actividades agro-rurais com baixa intensidade de recursos e economia de meios, através de uma utilização conjugada de tecnologias e processos que associam as biotecnologias modernas às bio-orgânicas tradicionais.

3º Princípio: A sustentabilidade intergeracional

A sustentabilidade intergeracional significa que as actividades agro-rurais devem ser organizadas de tal modo que acrescentem valor e transmitam mais-valias aos recursos e processos de produção, em benefício das gerações vindouras.

4º Princípio: A reticulação de actividades

A reticulação de actividades significa ligar as micro-dinâmicas locais de pequena escala, formais e informais, pela criação de um capital reticular multi-local, isto é, serviços comuns de apoio e extensão dessas actividades.

5º Princípio: A diversificação de actividades

A diversificação de actividades em espaço rural significa alargar a base produtiva inter-sectorial dos territórios rurais, através de novas economias de aglomeração que podem ser proporcionadas por equipamentos ou infra-estruturas de interface sectorial.

6º Princípio: A identidade dos territórios

A identidade dos territórios é um recurso precioso para aumentar a motivação endógena e o capital de confiança das populações. O investimento simbólico, afectivo e identitário valoriza a imagem e o marketing dos territórios rurais.

7º Princípio: A multifuncionalidade dos empreendimentos

A multifuncionalidade dos empreendimentos significa criar e recriar explorações multi-actividades, complementares e associadas, novas linhas de produtos (o cluster rural), que aumentem a autonomia energética e a sustentabilidade intergeracional do empreendimento agro-rural.

8º Princípio: O agenciamento de novos empreendedores

O agenciamento de novos empreendedores significa criar um ambiente favorável à atracção de actores maduros mas, sobretudo, aliciar, iniciar e formar novos agentes socioeconómicos dispostos a regressar ao sector primário e aos territórios rurais do futuro.

9º Princípio: A itinerância técnico-administrativa

A itinerância técnico-administrativa significa que é fundamental reconsiderar toda a logística tradicional da extensão agro-rural, à luz das novas tecnologias e das boas práticas já ensaiadas em outros países.

10º Princípio: A denominação de origem

A denominação de origem significa que uma ligação inteligente e imaginativa entre os recursos autóctones e a imagem de si pode atribuir uma expressão singular ou carisma à região, valorizando, por esse facto, a promoção dos seus produtos e a sua capacidade de atracção.

11º Princípio: A programação e o planeamento

A programação e o planeamento, iterativo e interactivo, são funções nobres a que se deve regressar para lidar com situações complexas e com um painel multi-instrumentos de intervenção, tendo em vista assegurar, simultaneamente, a sua eficácia externa (os objectivos) e a sua eficiência interna (os recursos).

12º Princípio: A monitorização e a avaliação

A monitorização e a avaliação significa criar os indicadores e os sensores de comportamento de modo a levar em devida conta as alterações de percurso, os acidentes inesperados e as reprogramações imprescindíveis para uma boa execução final.

6. A criação do Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve

A criação do Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve seria o instigador-mor essencial para levar a cabo os princípios enunciados e estruturar o espaço público favorável à eclosão e realização dos valores culturais, sociais, naturais e paisagísticos presentes nos territórios rurais do Algarve, em especial, no barrocal e serra. O Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve teria como objectivos principais da sua missão:

- promover e divulgar os empreendimentos de sucesso e as boas práticas agro-rurais,
- formar a opinião pública e difundir um novo ideário para o mundo rural,
- estudar as novas agriculturas, as novas tecnologias, os novos processos e os novos produtos agro-rurais, em especial das agriculturas DOC e BIO;
- iniciar e formar os jovens empresários para as actividades agro-rurais;
- promover o conceito e a prática dos projectos multifuncionais e combinados;
- promover a troca de experiências com outras agriculturas e práticas multifuncionais;

- promover a formação de parcerias público-privadas para a realização de determinadas medidas ou acções de política pública.

Para cumprir a sua missão, o Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve privilegiaria as seguintes áreas de intervenção da política pública:

- o combate à desertificação,
- a promoção da conservação e da biodiversidade,
- a promoção das formas de agricultura amigas do ambiente,
- a promoção da floresta sustentável e multi-usos,
- a promoção do turismo em meio rural,
- a promoção de amenidades rurais e a intervenção paisagística,
- a promoção das ideias e dos projectos multifuncionais,
- a promoção das boas práticas agro-rurais,
- a promoção do marketing territorial.

Não sabemos, obviamente, a sorte desta sugestão de política pública. Seja como for, estamos convencidos de que a prática de uma agricultura mais diversificada, multifuncional, multiprodutos e serviços, implicará, tarde ou cedo, a criação de um Observatório Rural que oriente, acompanhe e racionalize os novos comportamentos.

Conclusão

Chegados aqui, e seja qual for o resultado final da próxima programação plurianual 2007-2013, não é difícil antecipar, a médio e longo prazo, o desaparecimento gradual das ajudas directas aos produtos e mercados, por um lado, e a consolidação de ajudas públicas permanentes à oferta de bens e serviços públicos rurais, com ênfase especial nas zonas mais desfavorecidas, por outro. De preferência, sempre com actividade produtiva, mesmo nas zonas mais problemáticas. Em resumo, todo o trabalho de observação, investigação e monitorização que puder ser desenvolvido, desde já, sobre a delimitação das zonas-problema e respectivas dinâmicas agro-rurais algarvias, terá, seguramente, no próximo futuro, um retorno muito satisfatório e compensador. As zonas de intervenção florestal, recentemente instituídas, são uma oportunidade. Se delas fizermos uma leitura mais compreensiva e não apenas florestal. O Centro de Desenvolvimento Rural do Algarve pode ajudar a fazer a transição. Ficamos na expectativa.